

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 18 de abril de 1985

O desprezo pelas reivindicações dos endividados

Há pouco mais de dez anos, no auge do primeiro choque do petróleo, o grande tema discutido no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI) era a instituição de uma "oil facility", ou seja, uma linha de crédito especial para aliviar os problemas do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento mais afetados pela alta dos preços do petróleo. A "oil facility" foi instituída em 1975-76 e, significativamente, o Brasil, embora tenha sofrido frontalmente o impacto do aumento do preço do óleo no mercado internacional, a ela não recorreu. O argumento do governo brasileiro, à época, era que preferia obter junto aos bancos internacionais privados os empréstimos de que necessitava para fechar o balanço de pagamentos.

É oportuno recordar esses fatos num momento em que os países industrializados, através do FMI, rechaçam liminarmente a instituição de uma linha especial de crédito destinada a atender aos países em desenvolvimento cujos problemas cambiais foram agravados pela alta dos juros

no mercado internacional nos últimos anos, causando um impacto semelhante aos dos choques do petróleo. Mas o porta-voz do Fundo, o holandês H. Onno Ruding, presidente do Comitê Interino, deixou claro que os países industrializados não admitem nem mesmo discutir o assunto.

Logicamente, repelindo a idéia de instituir essa nova linha de crédito, os países industrializados consideraram também prejudicada a outra reivindicação dos menos desenvolvidos, ou seja, o aumento das cotas do Fundo, que, de qualquer forma, precisaria ser submetida à assembleia geral da instituição. Mas, pelo que se conclui, esse tema não deverá nem mesmo constar da agenda por tempo indefinido.

Vale notar o endurecimento da posição dos países mais avançados. Há dez anos, tendo sofrido na própria carne os efeitos da alta do petróleo, os Estados Unidos, os países europeus e o Japão reconheceram que precisavam proporcionar auxílio aos países mais pobres do mundo, componentes do

chamado Quarto Mundo, tornados praticamente insolventes. De outra parte, sabiam que aqueles relativamente industrializados, como alguns países latino-americanos e asiáticos, iriam suprir-se de recursos junto aos bancos privados. O choque do petróleo, pelo menos em um primeiro momento, poderia ser, assim, financeiramente neutralizado.

Houve, portanto, um entrosamento perfeito entre a resolução do FMI e a iniciativa dos grandes bancos internacionais. Com o passar do tempo, esse processo solidificou-se, passando os grandes bancos, que antes concediam empréstimos a rodo, a escudar-se na "ação saneadora" do FMI. Os empréstimos do sistema privado passaram a ser dependentes de um "nihil obstat" do FMI, criando-se, finalmente, um círculo de aço, com a recusa da instituição em considerar a abertura de novas linhas de crédito, ao mesmo tempo que os bancos privados se negam a conceder dinheiro novo aos endividados.

Esse círculo não poderá ser rompido senão através de uma ne-

gociação política de governo para governo. Até agora, os países industrializados não demonstram a mínima disposição para tais negociações, baseando a sua política na convicção de que a atual crise da dívida poderia ser solucionada através de "mecanismos de mercado".

Dívida Gt
Dentro desse espírito, a única iniciativa que lhes parece digna de exame é a criação de uma Multilateral Investment Guaranty Agency (MIGA), ou seja, um organismo que se destinaria a garantir os investimentos diretos feitos nos países em desenvolvimento. Como acentuaram os representantes brasileiros, se a nova agência também garantisse empréstimos, ela poderia ser melhor justificada, uma vez que concorreria para criar um clima de confiança que possibilitasse a retomada do fluxo de financiamento aos endividados. Os países ricos não querem saber disso. Emprestar mais, não. Preferem comprar empresas dos países pobres, e assim mesmo com garantias especiais.